

SUMÁRIO

<i>Nota à 6ª edição</i>	17
Capítulo I – Evolução Histórica do Direito do Trabalho	
1. Considerações iniciais	19
2. Evolução do direito do trabalho	
2.1 Na Europa	19
2.2 No Brasil	21
3. As tendências do direito do trabalho nesta fase de transição	23
Capítulo II – Denominação da Disciplina	
1. Considerações iniciais	25
2. Direito operário	25
3. Direito industrial	26
4. Direito corporativo	26
5. Direito social	26
6. Direito do trabalho	27
Capítulo III – Definição de Direito do Trabalho	
1. Considerações iniciais	29
2. Definições subjetivistas	30
3. Definições objetivistas	31
4. Definições mistas	32
Capítulo IV – Posição Enciclopédica do Direito do Trabalho	
1. Considerações iniciais	35
2. Direito público	37
3. Direito privado	38
4. Direito social	40
5. Direito misto	40
6. Direito unitário	41
7. Direito difuso	42
Capítulo V – Relações entre o Direito do Trabalho e Outros Ramos da Ciência Jurídica	
1. Considerações iniciais	44
2. Direito constitucional	45
3. Direito internacional público	47
4. Direito internacional privado	48
5. Direito penal	49
6. Direito da seguridade social	51
7. Direito civil	52
8. Direito comercial	53
9. Direito administrativo	54
10. Direito tributário	55
11. Direito processual do trabalho	55
Capítulo VI – Autonomia do Direito do Trabalho	
1. Considerações iniciais	56
2. Autonomia legislativa	57
3. Autonomia doutrinária	58
4. Autonomia didática	59
5. Autonomia jurisdicional	59

Capítulo VII – Fontes do Direito do Trabalho	
1. Diferença entre fontes materiais e fontes formais	60
1.1 A Constituição Federal	62
1.2 Leis federais	62
1.3 Atos do Poder Executivo	63
1.4 Sentenças normativas	64
1.5 Convenções e acordos coletivos	64
1.6 Regulamentos de empresa	65
1.7 Contratos de trabalho	66
1.8 Costumes	66
1.9 Jurisprudência	67
1.10 Sentença arbitral	74
Capítulo VIII – Princípios de Direito do Trabalho	
1. Considerações iniciais	75
2. Enumeração dos princípios de direito do trabalho	77
2.1 Princípio “in dubio pro operario”	78
2.2 Princípio da condição mais benéfica	79
2.3 Princípio da norma mais favorável	80
2.4 Princípio da irrenunciabilidade	81
2.5 Princípio da continuidade da relação de emprego	82
2.6 Princípio da primazia da realidade	83
2.7 Princípios da integralidade e intangibilidade	83
2.8 Princípio da não discriminação	84
2.9 Princípio da irredutibilidade do salário	85
Capítulo IX – Aplicação das Normas Trabalhistas	
1. Considerações iniciais	87
2. Hermenêutica e interpretação	88
2.1 Formas de interpretação	89
2.2 Métodos tradicionais de interpretação	89
2.3 Método teleológico	90
2.4 Efeitos do ato interpretativo	90
3. Eficácia da norma trabalhista no tempo	91
3.1 A irretroatividade e o direito adquirido	92
3.2 A Constituição e o efeito das leis no tempo	93
3.3 A irretroatividade da norma trabalhista	95
3.4 Direito adquirido e normas coletivas	97
4. Eficácia da norma trabalhista no espaço	98
Capítulo X – Direito Internacional do Trabalho	
1. Considerações iniciais	102
2. A Organização Internacional do Trabalho/OIT	104
3. A atividade normativa da OIT	107
3.1 As convenções internacionais	107
3.2 As recomendações	108
3.3 As resoluções	110
3.4 Institutos correlatos	110
4. Principais convenções ratificadas pelo Brasil	111
5. As comunidades internacionais	114
5.1 A União Europeia	115
5.2 O Mercosul	116
Capítulo XI – Formação do Contrato de Trabalho	
1. Natureza jurídica do contrato de trabalho	118
2. Requisitos de validade do contrato de trabalho	120

3. Requisitos de existência do contrato de trabalho	123
4. Contrato de trabalho e contratos afins	
4.1 O contrato de trabalho e a empreitada	124
4.2 O contrato de trabalho e a sociedade	124
4.3 O contrato de trabalho e o mandato	125

Capítulo XII – Sujeitos do Contrato de Trabalho

1. Considerações iniciais	128
2. O empregado	128
3. Empregado e figuras afins	129
3.1 O trabalhador autônomo	130
3.2 O trabalhador temporário	130
3.3 O trabalhador eventual	133
3.4 O trabalhador avulso	134
3.5 O trabalhador voluntário	135
3.6 O estagiário	136
4. Figuras especiais de empregado	
4.1 O empregado doméstico	138
4.2 O empregado rural	141
4.3 O empregado aprendiz	141
5. O empregador	144
5.1 Grupo de empresas	145
5.2 Alterações na empresa	150
5.3 Consórcio de produtores rurais	152
6. O teletrabalho	154

Capítulo XIII – A Terceirização no Direito do Trabalho

1. Conceito de terceirização	159
2. Hipóteses de terceirização de serviços	160
2.1 Irretroatividade das Leis 13.429/2017 e 13.467/2017	164
3. As cooperativas de trabalho	165

Capítulo XIV – Duração do Contrato de Trabalho

1. Considerações iniciais	169
2. Contrato por prazo determinado	170
3. A Lei 9.601/1998 e o “novo” contrato de trabalho por prazo determinado	
4. Contrato de trabalho intermitente	173
5. O contrato de trabalho rural de curta duração	175

Capítulo XV – Suspensão e Interrupção do Contrato de Trabalho

1. Considerações iniciais	176
2. Casos de interrupção do contrato de trabalho	
2.1 Hipóteses do art. 473 da CLT	178
2.2 Aborto não criminoso	179
2.3 Afastamento por doença	180
2.4 Acidente de trabalho	181
2.5 Prestação do serviço militar	181
2.6 Licença-maternidade	181
2.7 Férias anuais remuneradas	182
2.8 Repouso semanal remunerado	182
2.9 Trabalho nas eleições (Lei 9.504/1997)	182
2.10 Intervalos para amamentação	183
2.11 Intervalos computados na jornada de trabalho	183
3. Casos de suspensão do contrato de trabalho	183
4. Suspensão do contrato de trabalho para qualificação profissional .	184

Capítulo XVI – Alterações do Contrato de Trabalho

1. Considerações iniciais	186
2. O “jus variandi” do empregador e o “jus resistendae” do empregado	
3. Alterações que dependem da tutela sindical	190
4. Transferência de empregados	190
5. Alteração da jornada de trabalho	192
6. Compensação de horários	192

Capítulo XVII – Salário e Remuneração

1. Diferença entre salário e remuneração	193
2. Formas especiais de salário	194
2.1 Comissões	195
2.2 Gratificações legais	195
2.3 Adicionais da remuneração	196
2.3.1 Adicional noturno	196
2.3.2 Adicional de insalubridade	197
2.3.3 Adicional de periculosidade	200
2.3.4 Adicional de transferência	201
2.3.5 Adicional de horas extras	202
3. Salário “in natura”	203
4. Parcelas que não possuem natureza salarial	
4.1 Ajudas de custo	205
4.2 Diárias para viagem	206
4.3 Prêmios	206
4.4 Abonos	207
4.5 Vale-transporte	207
4.6 Participação nos lucros ou resultados	209
4.7 Direito de arena e direito de imagem do atleta profissional ...	210

Capítulo XVIII – Regras de Proteção do Salário

1. Considerações iniciais	211
2. Proteção contra os abusos do empregador	211
3. Proteção contra os credores do empregado	213
4. Proteção contra os credores do empregador	215

Capítulo XIX – Equiparação Salarial

1. Considerações iniciais	217
2. A equiparação salarial na Consolidação das Leis do Trabalho ..	218

Capítulo XX – Jornada de Trabalho

1. Considerações iniciais	223
2. Limitação da jornada de trabalho	225
2.1 Jornadas de trabalho especiais	227
2.1.1 Bancários	227
2.1.2 Advogados	228
2.1.3 Jornada 12x36	229
2.1.4 Outras categorias	230
3. Empregados excluídos das regras de limitação da jornada	230
4. Acordo de compensação de horário	232
5. Acordo de prorrogação de horário	234
6. Turnos ininterruptos de revezamento	235
7. Horas de sobreaviso	236
8. Regime de tempo parcial	238
9. Jornada noturna	238

Capítulo XXI – Períodos de Descanso

1. Considerações iniciais	239
2. Intervalos legais	239
2.1 Intervalos intrajornadas	239
2.2 Intervalos interjornadas	242
3. Repouso semanal remunerado	243
4. Férias anuais remuneradas	244
4.1 Natureza jurídica	245
4.2 Período aquisitivo	245
4.3 Período concessório	246
4.4 Remuneração das férias	246
4.5 Férias coletivas	247
4.6 Efeitos da cessação do contrato de trabalho	248
4.7 Prescrição do direito de reclamar as férias	249

Capítulo XXII – Aviso Prévio

1. Considerações iniciais	250
2. O aviso prévio e a Constituição Federal	251
3. Consequências da irregularidade ou ausência de aviso prévio	252
4. Aviso prévio e fatos supervenientes	253

Capítulo XXIII – Extinção do Contrato de Trabalho

1. Considerações iniciais	257
2. Extinção por iniciativa do empregador	258
2.1 Despedida sem justa causa	258
2.2 Despedida por justa causa	259
2.2.1 Figuras típicas de justa causa do empregado	260
2.2.1.1 Ato de improbidade	260
2.2.1.2 Incontinência de conduta ou mau procedimento	
2.2.1.3 Negociação habitual por contra própria ou alheia sem permissão do empregador	261
2.2.1.4 Condenação criminal do empregado	261
2.2.1.5 Desídia no desempenho das funções	262
2.2.1.6 Embriaguez habitual ou em serviço	263
2.2.1.7 Violação de segredo da empresa	264
2.2.1.8 Ato de indisciplina ou de insubordinação	264
2.2.1.9 Abandono de emprego	264
2.2.1.10 Ofensas físicas ou ato lesivo da honra e da boa fama praticados no serviço contra qualquer pessoa	
2.2.1.11 Ofensas físicas ou ato lesivo da honra ou boa fama praticados contra o empregador e superiores hierárquicos	
2.2.1.12 Prática constante de jogos de azar	265
2.2.1.13 Perda da habilitação ou dos requisitos estabelecidos em lei para o exercício da profissão, em decorrência de conduta dolosa do empregado	266
2.2.1.14 A hipótese do art. 482, parágrafo único, da CLT	266
3. Extinção por iniciativa do empregado	267
3.1 Pedido de demissão	267
3.2 Rescisão indireta do contrato de trabalho	268
4. Extinção por acordo entre empregado e empregador	269
5. Outras formas de extinção do contrato de trabalho	
5.1 Morte do empregado	270
5.2 Morte do empregador (art. 483, § 2º, da CLT)	270
5.3 Cessação das atividades do empregador	270
5.4 Término do contrato por prazo determinado	271
5.5 Aposentadoria espontânea	272
5.6 Culpa recíproca	273
6. Termo de quitação anual	274

Capítulo XXIV – Estabilidade no Emprego

1. Conceito	276
--------------------------	-----

2. Classificação das estabilidades	276
---	-----

Capítulo XXV – Fundo de Garantia do Tempo de Serviço

1. Considerações iniciais	280
2. Natureza jurídica	281
3. Hipóteses de levantamento dos depósitos	282

Capítulo XXVI – Segurança e Medicina do Trabalho

1. Considerações iniciais	285
2. O trabalho insalubre	288
3. O trabalho perigoso	293
4. Acidente do trabalho	296

Capítulo XXVII – Trabalho de Crianças e Adolescentes

1. Considerações iniciais	298
2. A idade mínima para o trabalho	299
3. O trabalho insalubre ou perigoso	300
4. Consequências da inobservância do art. 7º, XXXIII, da CF	302

Capítulo XXVIII – Trabalho da Mulher

1. Considerações iniciais	305
2. Fundamentos da proteção ao trabalho da mulher	306
3. Jornada de trabalho, trabalho noturno e insalubre	307
4. Trabalhos proibidos	308
5. Proteção à maternidade	308
6. Proteção contra a discriminação	313

Capítulo XXIX – Prescrição e Decadência no Direito do Trabalho

1. Diferença entre prescrição e decadência	316
2. A prescrição no direito do trabalho	319
2.1 Prescrição parcial e prescrição total	320
2.2 A renúncia da prescrição	322
2.3 Causas impeditivas e suspensivas da prescrição	322
2.4 Interrupção da prescrição	323
3. A decadência no direito do trabalho	324

Capítulo XXX – O Dano Moral no Direito do Trabalho

1. Considerações iniciais	325
2. O problema da denominação	326
3. Definição de dano moral	327
4. Evolução histórica	330
5. O dano moral e o contrato de trabalho	333
5.1 Atos lesivos da honra ou boa fama	333
5.2 O assédio sexual	335
5.3 A despedida por justa causa sob falsa alegação de improbidade	338
5.4 O acidente de trabalho	338
5.5 Revistas pessoais	339
5.6 O assédio moral	341
5.7 Outras situações	342
5.8 Dano moral na Reforma Trabalhista (Lei 13.467/2017)	342
6. Fixação da indenização por dano moral	344
7. Responsabilidade por ato de terceiros	346

Capítulo XXXI – A Flexibilização do Direito do Trabalho

1. Considerações iniciais	348
2. Definição de flexibilização	350

3. A flexibilização do direito do trabalho no Brasil	354
4. A desregulamentação e a flexibilização do direito do trabalho ...	355
5. Flexibilização na Lei 13.467/2017	358
6. Considerações finais	361

Capítulo XXXII – Organização Sindical e Noções de Direito Coletivo

1. Considerações iniciais	363
2. Princípios de direito coletivo do trabalho	365
2.1 Princípios da livre associação e da autonomia sindical	365
2.2 Princípio da autonomia privada coletiva	367
2.3 Princípio da lealdade entre as partes contratantes	367
2.4 Princípio da representação e participação dos trabalhadores na empresa	
2.5 Princípio da adequação das soluções dos conflitos coletivos .	368
3. A organização sindical	368
3.1 Os sindicatos	369
3.2 As federações e confederações	371
3.3 As centrais sindicais	371

Bibliografia	373
---------------------------	------------